



**POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DO PROGRAMA
ÁGUA PARA TODOS NO MUNICÍPIO DE ARACATU – BA**

Mateus Costa Santos¹
Fernanda Viana de Alcantara²

INTRODUÇÃO

A pesquisa realiza uma análise sobre a atuação do Programa Água para Todos, com a execução de construção de cisternas para a captação de água da chuva. Ressalta-se que é uma parte dos resultados da pesquisa monográfica sobre o referido tema.

O estudo sobre o Programa Água para Todos no município de Aracatu-BA, é relevante, pois, o programa investigado possui abrangência e rebatimentos nacional, que tem influenciado nas condições de vida das famílias beneficiadas pelo mesmo. No município foi uma experiência nova e como tal deve ser estudado de forma que esclareça como foi a execução dessa política pública e as influências nas condições de vida da população rural. A revisão bibliográfica se baseou na discussão sobre as políticas públicas e o desenvolvimento rural.

A partir dessa averiguação, mostrou como foi o processo de execução do programa no município de Aracatu e como se deu a distribuição das associações beneficiadas. Ademais, como as cisternas melhoraram as condições de vida da população rural, se essa implantação trouxe elementos positivos ou negativos, e assim perceber como o Programa Água para Todos exerceu influência no espaço rural do município de Aracatu.

METODOLOGIA

A pesquisa obedeceu alguns procedimentos metodológicos que visam atingir os objetivos propostos, por meio de uma discussão teórica ligada as referências

1 Graduado 5em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Bahia, Brasil.
Endereço eletrônico: mateuscosta83@hotmail.com

2 Docente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Brasil
Endereço eletrônico: nandanpgeo@yahoo.com.br



desenvolvimento rural e sobre as políticas públicas voltadas para o espaço rural.

A princípio realizou-se um levantamento de como estão distribuídas as comunidades e associações beneficiadas pelo Programa Água para Todos no município, para assim definir a seleção de amostra. Isso para realizar uma espacialização das comunidades onde seriam aplicados os questionários nos diferentes povoados do município.

Com o objetivo de traçar um perfil socioeconômico dos beneficiados foi imprescindível um delineamento que mostre como são as condições sociais e econômicas presentes no cotidiano das famílias. Para tanto, foram aplicados cem (100) questionários nas comunidades beneficiadas em todo o município.

Esse procedimento permitiu acesso às informações de forma direta viabilizando a interpretação e exposição dos dados obtidos por meio de gráficos e mapas que apresentam de forma mais didática os resultados da pesquisa. Além da elaboração dos gráficos e mapas, os dados serviram também para a elaboração de quadros, tabelas e redação das considerações finais.

Também se fez o uso da entrevista e de fotografias como instrumentos, estes permitiram uma aproximação direta com os sujeitos, e que fornece informações relevantes captadas pelo olhar crítico, deixando de ser um diálogo neutro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação ao desenvolvimento rural, práticas governamentais são inseridas no campo que visam melhorias nas condições de vida dessa população, essas práticas são chamadas de políticas públicas. Que por sua vez adentram no meio rural principalmente na forma de crédito rural.

Esse processo não é um resultado imediato, pois, depende de muitos fatores que interferem no contexto de vida daqueles que vivem nesse meio, uma vez que cada região tem suas particularidades. Conforme Schneider (2004)

Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafoclimáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial. (SCHNEIDER. 2004, p 98 e 99)



Dessa maneira, o desenvolvimento rural é um processo contínuo a ser discutido, devido às transformações que esse espaço passa. Assim, as políticas públicas contribuem no desenvolvimento rural na possibilidade de transformação de uma realidade, antes carente, e modificado.

Nos últimos tempos, visto que esses são os atores responsáveis pelo delineamento dessas políticas a partir da definição de linhas de ação que serão adotadas para resolver uma ou mais questões existentes naquele lugar ou região. O papel do estado também é de extrema importância, pois, é de lá que vem a receita através dos impostos pagos pela sociedade para a execução das políticas.

Nesse contexto, as políticas públicas como estratégias de combate à pobreza são fundamentais, em especial ao enfrentamento a escassez de recursos aos que vivem no espaço rural, desde que os sujeitos possam se organizar e gerir o seu processo produtivo. Como aborda Araújo (2000):

A necessidade de dar às pessoas possibilidade de inserção no circuito da produção, pelo acesso aos meios de produção (ativos produtivos) e ao conhecimento (educação formal, treinamento, conhecimentos de técnicas produtivas – capacitação tecnológica –, conhecimento de técnicas gerenciais), além de oportunidades para desenvolverem suas habilidades. (ARAÚJO, 2000. p 290)

Por conseguinte, as políticas devem apresentar um papel não só de transformação econômica no espaço que é inserida, mas sim, aqueles que tem o direito de tal possam se inserir no meio social. Para tanto é necessário, não apenas, ser beneficiário de uma política pública, mas poder, a partir dessa aprimorar-se e constituir um espaço de participação.

No entanto esse espaço de diálogo para a produção do conhecimento não acontece com todas as políticas e mesmo sem essa participação efetiva, muitas são implementadas sem ter um acompanhamento técnico junto à população, independentemente de como essas pessoas se estabelecem no seu circuito de produção e meio de vida.

Do conjunto de políticas públicas, o programa Água para Todos foi institucionalizado em 2007 pelo governo federal a partir da necessidade de se universalizar o acesso e uso de água para populações carentes, residentes em comunidades rurais que não são atendidas por um sistema de abastecimento, principalmente na região Nordeste.

Segundo o Ministério da Integração Nacional (2015), o programa teve como objetivo garantir o amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema pobreza, seja para o consumo próprio ou para a produção de alimentos e a criação de animais, e com a geração de excedentes comercializáveis contribui para a

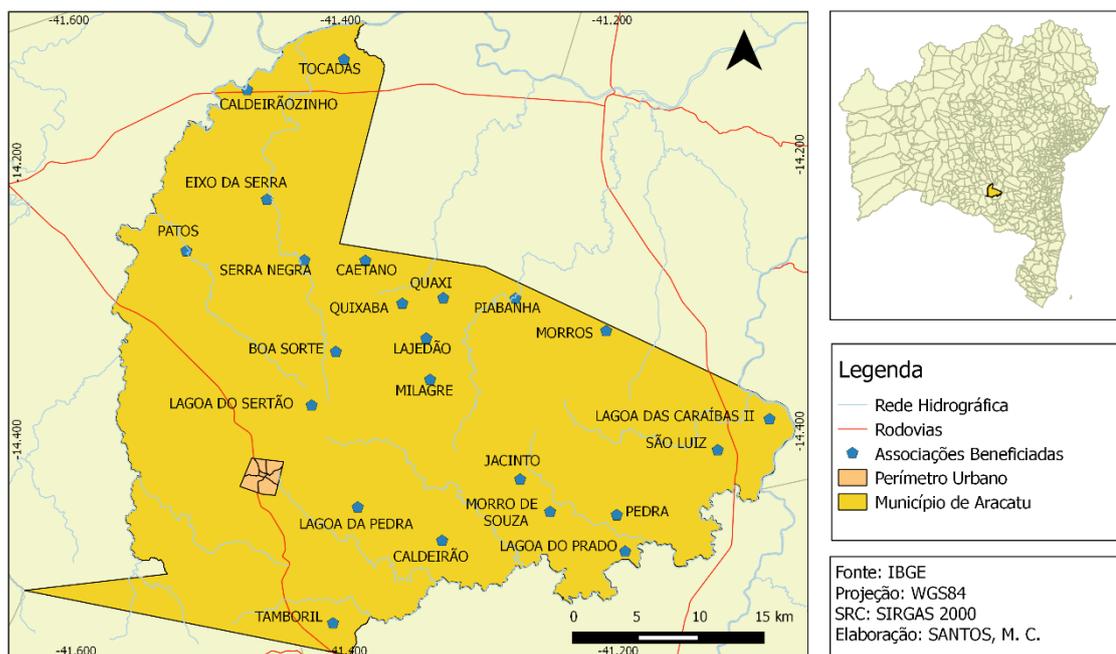


ampliação da renda familiar dos produtores rurais.

Trazendo para a escala do município de Aracatu, estado da Bahia A priori, buscou-se indagar como as famílias tiveram o conhecimento desse projeto do “governo”, e nesse questionamento condiz a importância do associativismo, pois foi da organização das associações de produtores rurais que puderam realizar todo o trabalho, seja de divulgação, planejamento e execução, o que facilitou o benefício a chegar a tantas pessoas.

Ao realizar esse estudo, foi possível mapear todas as associações beneficiadas no município. De acordo com o mapa abaixo pode-se constatar essa distribuição das associações e da quantidade de cisternas que cada uma foi beneficiada.

FIGURA 01



Distribuição das associações beneficiadas pelo Programa Água para Todos, Aracatu – BA, 2016

Vale destacar que a implantação das cisternas englobou 23 associações e essas correspondendo um número bem maior de comunidades rurais e que esse convênio de 2008/2009 não foi suficiente para universalizar o acesso a água, precisando posteriormente a construção de mais cisternas em localidades não incluídas.

Segundo os beneficiários, as principais melhorias ocasionadas, foram: Eliminou a necessidade de percorrer grandes distâncias para buscar água no período de estiagem,



agora tem um reservatório grande e fechado lado da residência para armazenar água da chuva, a água de boa qualidade e cisterna gratuita. Essas foram algumas das mudanças que atingiram a maior parte das pessoas, porém 4 % não perceberam significativas transformações, haja vista, a estrutura física da cisterna está imprópria para o armazenamento.

Por fim, o principal questionamento que se faz é se o Programa Água para Todos contribuiu para o fortalecimento e permanência de Agricultores e Agricultoras no campo. Pode-se dizer que, a instalação das cisternas constituiu um meio alternativo fundamental na convivência com o semiárido, pois, a captação de água da chuva, numa região onde este recurso é escasso, torna-se uma ferramenta para a permanência da população no campo, uma vez que, colabora para o empoderamento social e econômico das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do município de Aracatu está localizado numa região semiárida e por ser característica dessa localidade a baixa pluviosidade, foi possível constatar que a implantação do programa Água para Todos com a proposta de construção de cisternas para a captação de água da chuva para o consumo humano proporcionou um ganho no que diz respeito ao consumo de água potável, facilidade no acesso ao recurso e na valorização do direito ao mínimo de saneamento que uma família residente no meio rural pode ter.

Assim, percebeu-se também que, a implementação da política pública Água para Todos no município de Aracatu, contribuiu para o desenvolvimento rural, uma vez que, facilitou o convívio da população com a realidade da região semiárida, com o abastecimento da cisterna pela água da chuva que gera segurança alimentar e hídrica e autonomia das famílias, pois, a chegada do reservatório representa a minimização do drama da busca diária pela água.

Palavras chave: Desenvolvimento rural. Políticas públicas. Programa Água para Todos.

REFERÊNCIAS



XII COLÓQUIO NACIONAL E V COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO



26 A 29 DE SETEMBRO DE 2017

ISSN: 2175-5493

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro. Editora Revan. 2000, 392p.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.